

POR UMA NOVA ÉTICA DO TRABALHO. A TENSÃO ENTRE LIBERDADE E CONTROLE NA ERA DO CAPITALISMO DE PLATAFORMA

Luiz Adriano Gonçalves BORGES

Como citar: BORGES,Luiz Adriano Gonçalves. Por uma nova ética do trabalho. A tensão entre liberdade e controle na era do capitalismo de plataforma. In: BARRIENTOS-PARRA, Jorge; PUTTINI, Rodolfo Franco; SANTOS, Fernando Pasquini; BORGES, Luiz Adriano (org.). **Impactos e Desafios da Digitalização do Mundo do Trabalho.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p.71-93. DOI:
<https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-656-5.p71-93>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

POR UMA NOVA ÉTICA DO TRABALHO. A TENSÃO ENTRE LIBERDADE E CONTROLE NA ERA DO CAPITALISMO DE PLATAFORMA

FOR A NEW WORK ETHIC. THE TENSION BETWEEN LIBERTY AND CONTROL IN THE ERA OF PLATFORM CAPITALISM

Luiz Adriano Gonçalves BORGES¹

¹ Professor doutor na UTFPR campus Toledo, atuando nas áreas de história e filosofia da tecnologia.
luizborges@utfpr.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5106516945320670>
<https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-656-5.p71-93>

Resumo: O objetivo desse trabalho é apontar de que forma o capitalismo de plataforma, apesar de suas promessas de liberdade, tem exercido um controle algorítmico dos trabalhadores, tornando seu trabalho sem sentido e profundamente estafante. Desenvolverei os seguintes pontos: em primeiro lugar, um breve histórico do capitalismo de plataforma, depois como esse modo de mercado tem produzido uma corrosão do caráter, das famílias e da comunidade e, por fim esboçarei, de maneira inicial, uma nova ética do trabalho, que se baseia nas percepções da linha da filosofia comunitarista, aplicadas para a filosofia da tecnologia.

Palavras-chave: Capitalismo de plataforma. Filosofia da tecnologia. Comunitarismo.

Abstract: The aim of this paper is to point out how platform capitalism, despite its promises of freedom, has exercised an algorithmic control over workers, making their work meaningless and profoundly exhausting. I will develop the following points: first, a brief history of platform capitalism, then how this market mode has produced a corrosion of character, families and community, and finally I will sketch, initially, a new work ethic, which is based on insights along the lines of communitarian philosophy, applied to the philosophy of technology.

Keywords: Platform capitalism. Philosophy of technology. Communitarianism.

1. INTRODUÇÃO

Niall Ferguson elenca o trabalho com um dos incríveis “aplicativos” que o Ocidente desenvolveu e que o colocou na liderança em meados da Idade Média (Ferguson, 2016). Entretanto, em algum momento isso se perdeu: o trabalho se tornou alienante, desgastante e algo sem sentido. O mito de Sísifo e o absurdismo de uma existência niilista encabeçado por um trabalho sem fim parece ser a marca da atualidade. Olhando para os mercados de trabalho atuais, dentro do contexto de capitalismo de plataforma, podemos lembrar das palavras presentes no livro “Metrópolis” de 1925:

A máquina os devora como ração e cospe fora! Por que vocês engordam a máquina com seus corpos? Por que estão lubrificando as articulações da máquina com seu cérebro? Por que não deixam as máquinas passarem fome, seus tolos? Por que não as deixam morrer, estúpidos? Por que as estão alimentando? Quanto mais vocês as alimentam, mais desejosas elas ficam de sua carne, de seus ossos e cérebro (Harbou, 2019, p. 272).

Podemos pensar nessa passagem como uma metáfora para o controle algorítmico dos trabalhadores, objetivando tornar os homens como as máquinas, tornando seu trabalho mecânico, repetitivo e sem sentido. Jacques Ellul mais tarde vai comentar sobre o homem máquina na sociedade tecnológica:

As técnicas terão então como resultado (...) condicionar o comportamento do homem, especialmente no famoso ‘binômio homem-máquina’, que parece ser a fórmula do futuro. Nesse acoplamento do homem e da máquina, há realmente composição de um homem novo: pois insiste-se sempre na tendência atual da adaptação da máquina ao homem. É um grande progresso, sem dúvida alguma, que apresenta, no entanto, uma contrapartida: supõe a adaptação perfeita desses homens a essa máquina (Ellul, 1968, p. 405).

Quando nos perdemos? E como resgatar uma visão positiva de trabalho? São a essas perguntas que o presente texto, de forma introdutória, se

dirigirá. Desenvolverei os seguintes pontos: 1) um histórico do capitalismo de plataforma, 2) A corrosão do caráter, das famílias e da comunidade e, por fim 3) Por uma nova ética do trabalho. Deve-se atentar que este trabalho trata-se de uma espécie de notas de pesquisa.²

2. UM BREVE HISTÓRICO DO CAPITALISMO DE PLATAFORMA

É complicado firmar uma data para o início de um momento histórico e genealogias tendem a sempre regredir cada vez mais, dependo da ferramenta analítica que o historiador da tecnologia emprega. Mas podemos ter a certeza que a década de 1970 foi um marco memorável para o capitalismo, foi ali que ele foi “reinventa-do”. A hipótese de David Harvey, em seu livro “Condição pós-moderna” é de que o colapso do sistema taylorista/fordista a partir de 1973 cedeu espaço para um novo regime de acumulação “flexível”. Esse colapso iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza. Os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra (1945) indicam novos sistemas de produção e de marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de consumo (Harvey, 2012). A partir desse período, com novas tecnologias de comunicação e de transporte, os horizontes temporais da tomada de decisão privada e pública se estreitaram.

Harvey comenta que os

Poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado

² O autor agradece ao evento “VII Seminário Brasileiro sobre o pensamento de Jacques Ellul: a digitalização do mundo do trabalho – os desafios no âmbito jurídico, ético e da saúde do trabalhador em tempos de covid 19” e meus colegas organizadores na figura de Jorge Barrientos-Parra e Fernando Pasquini Santos. O evento foi extremamente produtivo em termos de trocas intelectuais.

pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas (Harvey 2012, p. 140-141).

Assim, esse “novo capitalismo” implica em níveis altos de desemprego “estrutural” (quando o número de desempregados é superior ao número de colaboradores que o mercado quer contratar e esse excesso de oferta de trabalhadores não é temporário), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical (Harvey, 2012, p. 141). Há toda uma adaptação de empregos flexíveis, com cargas horárias que variam muito. Está limpo o caminho para a origem das plataformas.

O marco temporal do capitalismo de plataformas pode ser delimitado a partir de 1990, quando a internet, fruto de desenvolvimento entre universidades, empresas privadas e o governo estadunidense, se torna acessível à um público maior, após pressão dos *hackers* (Loveluck, 2018, p. 41-61). A primeira plataforma, e que existe até hoje, foi a Amazon, criada em 1994, seguida por Google em 1998 e pelo Facebook em 2006; a criação do primeiro smartphone, o iPhone, em 2007 só acelerou a criação de centenas de outras pela facilidade de acesso (Isaacson, 2014; Wu, 2012).

O capitalismo de plataforma, ou economia digital como alguns autores preferem, refere-se à:

Empresas que dependem cada vez mais da tecnologia da informação, dos dados e da Internet para seus modelos de negócios. Esta é uma área que permeia os setores tradicionais – incluindo manufatura, serviços, transporte, mineração e telecomunicações – e está de fato se tornando essencial para grande parte da economia hoje (Srnicek, 2017, introdução, tradução minha).

Assim, em tal contexto, os dados se tornam fundamentais, como comenta Nick Srnicek, à

O capitalismo se voltou para os dados como uma forma de manter o crescimento econômico e a vitalidade em face de um setor

produtivo lento. No século XXI, com base nas mudanças nas tecnologias digitais, os dados se tornaram cada vez mais centrais para as empresas e suas relações com trabalhadores, clientes e outros capitalistas. A plataforma surgiu como um novo modelo de negócios, capaz de extrair e controlar imensas quantidades de dados, e com essa mudança, vimos o surgimento de grandes empresas monopolistas (Srnicek, 2017, introdução, tradução minha).

A influência é sentida em várias áreas: cidades inteligentes, negócios disruptivos, trabalhadores flexíveis e governos que precisam atuar de forma mais ágil. Uma plataforma seria então formada por uma estrutura digital que permite a dois ou mais grupos interagirem, se posicionando como intermediários que aproximam diferentes usuários: consumidores, anunciantes, provedores de serviços, produtores, fornecedores.

Assim, as plataformas disponibilizam espaço de uso de dados, mas tem acesso privilegiado à esses dados. Por exemplo, Uber, que é uma plataforma de taxis, se utilizando dos dados de tráficos e atividades de motociclistas e passageiros para aperfeiçoar seu serviço. Todas as plataformas fazem isso (Srnicek, 2017, cap. 2). Mas como esse desenvolvimento tem afetado os trabalhadores?

3. A CORROSÃO DA NATUREZA HUMANA

O capitalismo de plataforma deixou os trabalhos em condição complicada. Como as plataformas se apresentam somente como intermediárias entre diferentes usuários (clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores e fornecedores), elas não precisam ter contratos de trabalhos muito restritos; na verdade é um negócio que é enormemente favorável para um lado, o das plataformas, enquanto que o trabalhador precisa arcar com uma grande parte dos custos. Ainda que custos operacionais, como manutenção dos sites, sejam imensos, o trabalhador entra com uma parte.

Veja-se o caso do Uber. Enquanto uma plataforma “enxuta”, há um mínimo de propriedade de ativos e uma busca por lucrar reduzindo os custos tanto quanto possível:

A Uber desenvolveu uma plataforma digital disponível para smartphones que conecta os clientes aos prestadores de serviços. A empresa atua na promoção de atividades de transporte urbano e difere dos demais concorrentes do segmento por meio de elementos como: preço mais acessível em relação aos táxis convencionais; vinculação do percurso ao trajeto indicado no GPS da telefonia móvel; maior capacidade de controle sobre o prestador de serviço; e pagamento do serviço de transporte diretamente lançado no cartão de crédito do passageiro. Sem qualquer vínculo empregatício, os motoristas da Uber trabalham como profissionais autônomos e assumem diversos riscos para oferecer o serviço, detendo quase a totalidade dos meios de produção necessários à execução da atividade e por eles integralmente se responsabilizando (Franco; Ferraz, 2019, p. 2).

Devido à essas características, o trabalhador ao mesmo tempo em que investe em suas ferramentas de trabalho, acaba ficando desprotegido nessa relação de trabalho. O longo caminho de retirada do poder de barganha do trabalhador que se instaurou a partir da década de 1970 se acentua nesse contexto. Não à toa, multiplicam-se os aplicativos de entregas e de transporte.

Falando sobre [e contra a] economia de compartilhamento (o autor não utiliza o termo “uberização”) Tom Slee é taxativo:

Ao invés de trazer uma nova abertura e confiança pessoal para nossas interações, ela está trazendo uma nova forma de vigilância onde os trabalhadores de serviço devem viver com medo de serem delatados, e enquanto os CEOs da empresa falam com benevolência de suas comunidades de usuários, a realidade tem uma borda mais dura de controle centralizado (Slee, 2015, p. 10-11).

O discurso de maior liberdade aos indivíduos que podem ter maior controle, acaba sendo contrastado com as péssimas condições de trabalho. São feitos grandes investimentos em tecnologia e na administração dos dados, há uma grande rentabilidade, mas o lado mais fraco da corda acaba perdendo as proteções e garantias que outrora possuía, tendo que aceitar formas arriscadas e precárias de trabalho mal remunerado. A noção de compartilhamento não passa de mera retórica (Han, 2021a, p. 38-39). O

prefixo “– uber”, que em inglês significa “extremo” ou “extremamente bom e bem sucedido”, assume sentidos contrastantes para cada lado: para os investidores e sócios das empresas de plataformas é algo muito bom; para os trabalhadores, sem escolhas, o outro extremo,

Ricardo Antunes, estudioso do tema do trabalho no Brasil, tem adentrado na temática da uberização do trabalho. Em artigo recente com Vitor Filgueiras, os autores apresentam as narrativas que as plataformas constroem acerca do trabalho e as contrapõem com o que de fato ocorre. Eles apontam 11 medidas explícitas que as plataformas utilizam para controlar os trabalhadores. Dentre elas podemos destacar: a determinação de quem pode trabalhar, a impossibilidade de captação de cliente que não seja pela plataforma, estabelecem prazos para o cumprimento da tarefa e preços de maneira unilateral, pressão para se trabalhar mais tempo, e dispensa sem qualquer aviso prévio ou justificativa (Antunes; Filgueiras, 2020). É o capitalismo de vigilância exercendo profunda pressão sobre os trabalhadores, que tem sua rotina de trabalho controlada, seu desempenho contabilizado nos minutos e a exigência de uma disponibilidade total. Uma exploração sem limites gerenciada pelos algoritmos (Zuboff, 2020).

A condição de alguns países pode ser pior do que aqueles onde as matrizes dessas companhias de plataforma se situam, isto porque países mais pobres tendem a ter legislações trabalhistas menos rígidas em alguns aspectos. O Brasil, apesar de aparentemente ter uma das mais complexas leis nesse sentido, não possui uma dinâmica para regular ações tecnológicas de ponta. Os processos de criação de leis e fiscalização são morosos. Assim, as empresas conseguem mercados de trabalho favoráveis a si. E, num momento de pandemia, longe de entrarem em crise, as plataformas acabaram lucrando muito, constituindo condições de trabalho cada vez mais precárias, enquanto a necessidade faz com que as pessoas se submetessem. Houve um aumento do número de trabalhadores nesse setor nesse período.

O importante site do “Observatório das Plataformas Digitais”, coordenado por professores do Departamento de Geografia da UFMG, traz inúmeros dados, artigos acadêmicos e jornalísticos, sobre a temática no contexto brasileiro. Fabio Tozi, um dos coordenadores, aponta um cresci-

mento do número de trabalhadores Uber no Brasil (algo que deve ser verdade para todas as grandes plataformas). Ao mesmo tempo, segundo ele, amparado nos relatórios financeiros da empresa, o Brasil é o segundo país mais rentável para o Uber (Tozi, 2020). E justamente aqui, a racionalidade algorítmica é mais predatória. Os algoritmos são usados para retirar cada vez mais a liberdade do trabalho e estabelecer um controle sobre suas ações.

Assim, surge o trabalhador *just in time*: desprotegido, sem direitos, autogerente, “empreendedor”, isto é, sobre quem acaba recaindo os riscos, custos e parte do gerenciamento. (Abílio, 2021). E as características esperadas do trabalhador, tais como flexibilidade, vitalidade e legibilidade, acabam se mostrando perversas do trabalho digital (Sadowski, 2021).

Podemos apontar algumas vantagens globais sobre o capitalismo de plataforma, tais como diminuição das distâncias e do tempo, redução do preço médio dos produtos, investimentos mais facilitados e que podem difundir-se por todo o globo, maior disponibilidade de meios para gerir empresas e governos, a possibilidade de maiores e mais amplos tipos de financiamentos de dívidas fiscais etc. Entretanto, nem somente de pontos positivos vive o capitalismo de plataforma, como temos visto de maneira mais específica em relação ao mercado de trabalho. E há ainda impactos mais profundos nos modos de vida causados pelo tipo de trabalho conduzido sob as plataformas. Impactos que muita da leitura sobre “uberização”, demonstrada de maneira inicial acima, não trata. Assim é importante destacar elementos tais como a corrosão que as plataformas causam no caráter, nas famílias e nas comunidades e como esse capitalismo procura abolir o homem. Poucos estudos sobre trabalho e capitalismo de plataforma perceberam os problemas reais e mais duradouros para a natureza humana. E também acabam focando em soluções mais imediatas e muitas utópicas. Assim, resgato alguns autores que fizeram críticas nesse sentido.

Já na década de 1940 o C. S. Lewis escreveu contra a noção de progresso, apontando que a busca por controle da natureza na verdade esconde uma busca por controle dos seres humanos por alguns homens (Lewis, 2017). É isso que toda a grande companhia digital busca, controlar e moldar o ser humano a seu bel prazer (Zuboff, 2020). Ao utilizar os algoritmos para coletar informações com a justificativa de aperfeiçoar o serviço, o que

as grandes companhias fazem é estabelecer um alto grau de controle, tanto em usuários quanto em provedores de serviços. Shoshana Zuboff chega a comentar que a atual faceta do capitalismo é uma ameaça tão grande para a natureza humana quanto o é o capitalismo industrial para o mundo natural (Zuboff, 2020, p. 23). Pagamos um preço bem alto para ter velocidade e nossos gostos decodificados.

Byung-Chul Han comenta que já Foucault percebia que havia uma correlação oculta entre o corpo formável (manipulável) e a busca técnica-política do *homme-machine* de La Mettrie, que elaborou uma visão mecanicista do ser humano. Assim, moldar os homens em máquinas tende a ser o objetivo da sociedade da disciplina e foi potencializada na sociedade atual por meio de “nexos de hábitos”, isto é, ir implementando pequenas mudanças nos hábitos dos usuários. Ao fazer uso de uma estratégia de “automação dos hábitos” o poder opera sem coerção e ameaça (Han, 2019b, p. 74-76). Não sem razão o trabalho em nossa sociedade atual se tornou algo banal, pois “o imperativo do desempenho o explora” (Han, 2021b, p. 32).

Jacques Ellul escreveu muito tempo antes do capitalismo de plataforma, mas suas críticas também servem para avaliarmos os problemas dessa era. Apesar de Ellul ser acusado muitas vezes de *ludita*, de ser contrário à tecnologia, o que ele sempre quis afirmar é o risco da *totalização técnica*, e não a utilização tecnológica para melhoria do mundo e da vida humana. A mentalidade técnica, com seus ideais de autonomia, de auto-crescimento, de automatismo e de aceleração, acaba se justificando por si mesma enquanto necessária para o desenvolvimento humano (Ellul, 1968). Assim, os algoritmos surgem como uma panaceia para todos os nossos problemas urbanos, tais como transporte. E a criação de um tempo e espaço numa lógica digital molda a economia e a sociedade de acordo com seus próprios imperativos codificados e automatizados. Isso deixa pessoas, instituições, sociedades e culturas alheias em suas capacidades de escolhas em suas trajetórias (Ellul, 1999).

Richard Sennet afirma que este novo capitalismo acaba corroendo o caráter. Para ele, a flexibilidade que se é exigida do trabalhador, juntamente com a ausência de vínculos mais fortes no trabalho acaba enfraquecendo valores como compromisso, confiança e lealdade, que seriam fundamen-

tais para a consolidação do caráter humano. Assim, a decadência desses valores refletiria na vida social, fragmentando as relações de amizade e comunidades, impactando até mesmo as crianças, que não enxergam boas virtudes dessa ética de trabalho (Sennet, 2012).

A corrosão do caráter se expressa inclusive psicologicamente: a nossa atual sociedade do desempenho causa doenças neuronais como a depressão, o transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), o transtorno de personalidade limítrofe, e a síndrome de Burnout. Tudo isso levada ao cabo pelo próprio indivíduo que comete auto-agressões e se auto explora; pensemos no bordão “Somente mais uma entrega” (Han, 2017).

O problema também para Patrick Deneen seria que a sociedade atual foca no consumo e não no trabalho, por isso temos produtos mais baratos, salários baixos e giro de consumo absurdo. E a narrativa de inevitabilidade tecnológica, como salientou Ellul, lhe dá poderes de autonomia e se justifica.

Nossa ‘cultura de tecnologia’ foi fundada, desde o início, em uma falsa definição de liberdade, e agora parece estar nos levando inelutavelmente a uma condição de escravidão às consequências de nossa própria fantasia (Deneen, 2018, p. 109).

A corrosão do caráter e os problemas de saúde relacionados ao capitalismo atual são tão grandes que tem levado à “mortes por desespero”. Michael Sandel chama atenção para um estudo de Anne Case e Angus Deaton sobre isso, ainda que não relacionados somente ao trabalho em plataformas. Estes autores perceberam que a expectativa de vida nos EUA estacionou e até caiu entre 2014 e 2017, a despeito de avanços na medicina. Eles perceberam uma epidemia de mortes causadas por suicídios, overdose de drogas e doenças hepáticas relacionadas ao alcoolismo. Entre homens e mulheres de 45 a 54 anos, as mortes por desespero triplicaram de 1990 a 2017 nos EUA. E em 2014, pela primeira vez, mais pessoas nesse grupo morriam em decorrência do uso de drogas, de álcool e do suicídio do que por doenças cardíacas. Segundo Case e Deaton estas mortes esta-

vam relacionadas às péssimas condições de trabalho principalmente entre trabalhadores sem curso superior (*apud* Sandel, 2020, p. 285-286). Sandel nota uma grande deterioração do trabalho à despeito de um grande crescimento econômico.

Alguns pensadores, otimistas com os avanços tecnológicos, enxergam um futuro brilhante em que o ser humano não mais precisaria trabalhar, sendo servido por robôs. Serviços como entregas e transporte não mais seriam encaminhados por pessoas, mas por carros autônomos configurados por algoritmos potentes. Entretanto, já na década de 1977 Ellul criticou a ideia de ócio e lazer total como uma utopia num futuro totalmente automatizado (Ellul, 1980, p. 167). Oren Cass diz o mesmo em obra de 2018, acentuando o caráter alienante de tal visão futurística (Cass, 2018).

O trabalho não vai acabar, apesar de algumas profissões desaparecerem, o que é comum para toda a história da humanidade. E também é verdade que muitas pessoas em todo o mundo não obtém satisfação em seus empregos. Por exemplo, no relatório anual “State of the Global Workplace” da Gallup, é revelado que apenas muito poucas pessoas consideram seu trabalho significativo ou interessante. Visto este panorama problemático do capitalismo de plataforma podemos discutir, ainda que de forma inicial, os possíveis caminhos para mudar ou ao menos mitigar os problemas.

4. POR UMA NOVA ÉTICA DO TRABALHO

Em vista do colocado acima, precisamos buscar soluções, mas mais do que tudo, ainda que necessárias, devemos ir além de mudanças de legislação e de regimes de trabalho. Precisamos mudar de cosmovisão com relação ao trabalho. Ao final de sua grande obra “Depois da virtude”, Alasdair MacIntyre diz que o mundo moderno está à espera de um novo São Bento em questões de moralidade (Macintyre, 2021 p. 379). O autor estava se referindo ao fato de que o mundo moderno não comprehende mais a linguagem da moral, tendo esquecido suas bases e, portanto, não temos mais ferramentas para julgar muitas questões morais, porque não mais enten-

demos como viver. Esse trabalho de expor questões morais e revitalizar a questão da virtude é a busca de MacIntyre. Mas, para os intuitos deste texto, o que nos chama a atenção é a referência à São Bento e a visão de trabalho na teologia cristã.

No mundo grego, o trabalho físico era considerado a ocupação dos escravos. O sábio, o homem verdadeiramente livre, dedica-se unicamente às realidades espirituais; o trabalho físico, como algo inferior, deixava-se àqueles homens que não são capazes desta existência superior, no mundo do espírito. Já a tradição judaica temos todos os grandes rabinos exercendo ao mesmo tempo uma profissão artesanal. Veja o caso de Paulo, que, já como rabino e depois como evangelista, também era tecelão de tendas e se sustentava com o trabalho das próprias mãos. Isto era uma tradição comum do rabinismo. “O monaquismo acolheu esta tradição; o trabalho manual é parte constitutiva do monaquismo cristão” (Bento XVI, 2008).

Assim, esperar um novo São Bento é reatualizar uma visão positiva do trabalho. Como coloca Rod Dreher,

A Opção Beneditina é um chamado a assumirmos a longa e obstinada tarefa de trazer o mundo real de volta da fantasia, da artificialidade, da alienação e da atomização típicas da vida moderna. É um modo de ver o mundo e de viver no mundo que implode a grande mentira da modernidade: que os homens não são mais que fantasmas presos em máquinas, que podem ser configuradas do jeito que quisermos. (Dreher, 2018, p. 282-283).

Precisamos repensar toda a maneira como temos encarado o trabalho no escopo do capitalismo, que acaba extirpando todo o significado do trabalho, enquanto algo produtivo e relacionado à realidade, e conectando ele com à máquina, estabelecendo ritmos e tempos degradantes e sem sentido. Dreher cita as palavras de Wendell Berry, para quem “é natural pensar que a próxima grande cisão do mundo será entre as pessoas que querem viver como criaturas e as que querem viver como máquinas” (Dreher, 2018, p. 283).

Pensar em mudar a visão do trabalho atual pode partir de pensar em legislações e políticas para melhores condições de trabalho, para uma visão

de trabalho decente, tais como a proposta pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2021). Para esta organização, o trabalho decente é aquele que “é produtivo e oferece um rendimento justo, condições seguras de trabalho e proteção social para as famílias, perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade de expressão, organização e participação, também como igualdade de oportunidades e de tratamento para todos” (Piasna; Sehnbruch; Burchell, 2021, p. 215).

Ainda assim, essa ideia de trabalho decente não é conceitualmente um termo bem definido e sua operacionalização também é complicada. Em suas tentativas de operacionalização, muitos empregadores acabam achando os parâmetros impostos baseados neste conceito muito difíceis de se colocar em prática (Piasna; Sehnbruch; Burchell, 2021, p. 222). Assim é muito difícil pensar em um único indicador do que seria um trabalho decente e ainda que se chegue à uma definição mais enxuta possível, parece que sua operacionalização, isto é, legislações ou técnicas para implementar um trabalho decente, acabem focando em soluções tecnicistas; não se muda a visão por trás do trabalho, somente procura-se mitigar os problemas que vão surgindo.

Longe de querer abolir essas iniciativas, venho propondo nesse texto que precisamos mudar de cosmovisão com relação ao trabalho. Se, à medida que continuemos a pensar em ferramentas para melhorar a condição dos trabalhadores no novo capitalismo, revalorizemos o trabalho, a mudança pode ter maior impacto. A proposta é de se pensar a partir da corrente filosófica denominada comunitarismo, que pensa em termos de virtudes e questões morais.

Basicamente, o comunitarismo é um conceito político, moral e social que surge no final do século XX (por volta da década de 1980) em oposição a determinados aspectos do individualismo e em defesa dos fenômenos como a sociedade civil e o bem comum. Para os comunitaristas, as teorias liberais de justiça são por demais individualistas estando em conflito com elementos constituintes da sociedade, tais como a família. Para eles, a comunidade é imprescindível para o florescimento humano, e a organização social liberal não permite um pleno florescimento; pelo contrário, é

até danosa, como podemos perceber pelos mercados de trabalhos no novo capitalismo (Rainbolt, 2013, p. 2865-2878).

Assim, Patrick Deneen em “Por que o liberalismo fracassou” afirma que

Precisamos (re)construir práticas de cuidado, paciência, humildade, reverência, respeito e a modéstia, precisamos fortalecer as famílias, as comunidades locais e mercados para redescobrir velhas práticas, e criam novas, que fomentam novas formas de cultura que o liberalismo procura eviscerar. Esses esforços devem se concentrar na construção de práticas que sustentem a cultura dentro das comunidades, a promoção da família economia e ‘vida polis’, ou formas de autogoverno que surgem da participação cívica compartilhada. Todas essas práticas surgem de configurações locais que resistem à abstração e despersonalização do liberalismo, e de quais hábitos de memória e obrigação mútua surge (Deneen, 2018, p. 192).

Com esta linha de pensamento podemos pensar os mundos do trabalho de forma comunitária, mesmo dentro de um contexto de capitalismo de plataforma. Revalorizar o trabalho, recolocando como algo importante socialmente, faz com que toda a sociedade ganhe, porque temos como resultado melhores serviços e produtos, produzidos por pessoas satisfeitas, e não seres fragmentados, com doenças psicológicas e com vida familiar sofrível. Richard Sennet percebeu isso ao analisar o trabalho artesanal ao longo dos séculos, percebendo como o trabalho prazeroso, cheio de significados e com motivação traz um verdadeiro florescimento social (Sennet, 2020). Ainda que este autor esteja focando em trabalho manual, podemos estender suas conclusões para o trabalho com aplicativos também. Porque o transporte de uma carga ou de passageiros também tem um papel importante socialmente, mas não o feito com péssimas condições, que coloca a pessoa como um ser robotizado, somente cumpridor de tarefas mecânicas de leva e traz.

Dentro de tal configuração conceitual, até o critério de sustentabilidade é mais amplo. Como apontava Karl Polanyi (não um comunitarista), um mercado sustentável é aquele que é circundado por uma esfera social, política e moral que protege a sociedade. Historicamente, a economia sem-

pre esteve atrelada e submersa em relações sociais. Assim, se pensarmos que o trabalho ou a economia de mercado do novo capitalismo se tornem um fim em si mesmos, entraremos em uma grande fragmentação social que abolirá o próprio homem, que somente servirá ao mercado e que, por fim, acabará implodindo (Polanyi, 2001, p. 131). Sem relações sociais de base não há mercado; claro que o capitalismo de plataforma não abole totalmente as relações sociais, ainda que virtuais, mas o que ocorre com sua exasperação é uma impossibilidade de uma vida digna, que acaba corroendo as estruturas bases da sociedade, que para os comunitaristas são as comunidades e as famílias. Sem possibilidade de um trabalho digno e de um trabalho valorizado, o trabalhador entra em colapso e carrega junto suas famílias.

Polanyi oferece alternativas ao acirramento da economia de mercado com base em três princípios: reciprocidade (ou seja, presentes mútuos); redistribuição (aqueles que compartilharam com aqueles que não); e domiciliar (produção não monetizada para uso próprio) O quadro conceitual de Polanyi, de reciprocidade, redistribuição e manutenção da casa é fundamentado nas necessidades sociais e econômicas que todas as pessoas e as sociedades tem e ajuda a manter o desempenho do sistema econômico na ausência de incentivos lucrativos e encontra ressonância nos comunitaristas.

O novo capitalismo aprofunda algo que vem se fortalecendo ao longo dos anos: a redução de todos os aspectos humanos à economia (Boshuijzen-Van Burken; Haftor, 2016); tudo se torna uma commodity, inclusive o próprio trabalho e a sobrevivência. Dentro de um contexto de maximização dos lucros, as empresas do capitalismo de plataforma só se importam com “eficiência”, pagando o mínimo possível para os trabalhadores e lhes dando o mínimo possível de condições. Em face à uma crise mundial acentuada pela pandemia de coronavírus o exército de trabalhadores disponíveis parece tornar legítimo as operações dessas grandes companhias pelos empregos que elas estão gerando. Mas que tipo de emprego? A busca por sobrevivência faz com que o trabalhador se submeta à qualquer coisa.

Em vista de tal cenário também Michael Sandel, outro autor comunitarista, vai propor uma renovação da dignidade do trabalho em sua obra

“A tirania do mérito”. Sua proposta principal passa por mudar a importância da perspectiva do consumo para o trabalho. O papel mais importante que temos na economia não é como consumidores, mas como produtores. O capitalismo historicamente foca no consumo, mas re-significar o trabalho passa também por conciliar nossa identidade de consumidor com a de produtor, pensando no bem comum. Além disso, também é necessário restabelecer o trabalho como uma atividade de integração social, uma arena de reconhecimento, uma forma de honrar nossa obrigação de contribuir para o bem comum (Sandel, 2020, p. 295-296). Mudando desta forma a perspectiva, é possível viver uma vida mais digna e verdadeiramente próspera.

Taylor Dotson (2017) ao examinar o mundo conectado atual pela visão comunitarista, propõem algumas atitudes práticas para reconstruir comunidades, enfocando principalmente na noção de localismo econômico. Os localistas visam mitigar os efeitos da “economia flexível” e da fragmentação social que acaba ocorrendo em função da precarização do trabalho. O efeito pretendido de medidas como agricultura apoiada pela comunidade, moedas locais, negócios governados democraticamente, energia de origem local e propriedade coletiva por meio de fundos de investimento comunitários é sustentar uma economia alternativa mais enraizada na interdependência relacional e melhor responsiva às necessidades locais. O objetivo do movimento é ajudar as pessoas a atender a maiores necessidades diárias por meio da cooperação, compartilhamento e práticas competitivas mais circunscritas – os mercados de agricultores, por exemplo, têm competição econômica sem prejudicar as relações sociais. O localismo visa diminuir o grau em que as disparidades de poder, a competitividade implacável e a busca obstinada pelo lucro, características do capitalismo corporativo, definem as trocas econômicas. Consequentemente, o localismo econômico está no meio entre as práticas mais densamente comunitárias de ajuda mútua e as redes impessoais de troca econômica (Dotson, 2017).

Shannon Vallor (2016), baseada na ética das virtudes, estabelece o que ela chama de virtudes tecnomorais, isto é, uma certa atualização e contextualização da ética das virtudes para o mundo tecnológico. Segundo a autora, vivemos num contexto de “opacidade tecnológica aguda”, onde não julgamos muito bem os riscos tecnológicos em nosso dia a dia. No

caso específico das plataformas, as relações trabalhistas são geridas por algoritmos opacos e, em prol da racionalidade algorítmica, acabamos naturalizando a exploração.

A maior busca do ser humano, segundo Aristóteles, seria a eudaimonia (ora traduzido como alegria, ora como florescimento humano). Para este filósofo, a procura por atingir esse florescimento passaria pelo cultivar de várias virtudes, tais como coragem, honestidade, paciência, amizade, justiça, moderação e sabedoria prática. (Aristóteles, 2015, p. 40).

Resgatando as ideias de Aristóteles, além de dialogar com Alasdair MacIntyre, entre outros filósofos da tecnologia, a autora contextualiza para o mundo tecnológico virtudes tais como honestidade, autocontrole, humildade, justiça, coragem, empatia, cuidado, civilidade, flexibilidade, perspectiva, magnanimidade e sabedoria. Todas essas virtudes são fundamentais para o florescimento humano em nosso mundo dominado pelas tecnociências e, para o tema desta sessão ressalto a civilidade, que enfocaria em pensar no bem comum.

A autora define a virtude da civilidade como

Uma disposição sincera para viver bem com seus concidadãos de uma sociedade informacional em rede: deliberar coletivamente e sabiamente sobre assuntos de política locais, nacionais e globais assim como de ação política; é comunicar, entreter e defender nossas concepções distintas de boa vida; e trabalhar cooperativamente em direção à esses bens da vida tecnosocial que nós buscamos e esperamos compartilhar com outros (Vallor, 2016, p.141).

É pensar globalmente, mas agir localmente, como queria Jacques Ellul. Esses elementos de laços comunitários e familiares são universais na história da humanidade, mas o capitalismo de plataforma tem os estrelados. E eles são fundamentais para o florescimento humano.

Trabalhando na temática, Christian Smith (2015) faz um trabalho intelectual colossal para analisar e explicitar elementos caros à um melhor florescimento humano. Ele chega à seis bens básicos, que todos os seres humanos buscam em ordem de ter uma vida plena, e que relacionamos ao trabalho no mundo atual:

1. sobrevivência corporal, segurança e prazer: procurando evitar doenças e morte, aliviando dores e aumentando satisfação;
2. conhecimento da realidade: entendendo o mundo social e material;
3. coerência de identidade e afirmação: desenvolvendo e mantendo uma visão positiva de si;
4. Exercendo agência proposital: exercendo influência no mundo social e material, através de suas capacidades pessoais;
5. Afirmação moral: acreditando que é o direito das pessoas de se viver uma vida moral;
6. Pertencimento social e amor: ser reconhecido como um membro de grupos sociais e possuir relações significativas. (Smith, 2015, p. 181-182)

Tudo isso são buscas pessoais, que são alcançadas comunitariamente, mas que o capitalismo de plataforma acaba barrando. Um trabalhador mediado somente pelos algoritmos de forma frenética não tem pleno conhecimento do que faz; falha-lhe coerência de identidade e seu caráter se corrói; não tem sentimento de pertencimento. Assim, o capitalismo de plataforma, tal como se configura hoje, acaba dificultando o pleno florescimento humano.

O entregador ou um motorista de aplicativos não se sente motivado, não tem senso de pertencimento, de identidade, é alguém desmotivado que está fazendo um trabalho temporário enquanto aguarda algo melhor. A busca por uma vida boa passa pelo fortalecimento dos laços familiares, comunitários e uma revalorização do trabalho.

Até mesmo os maiores (e sensatos) críticos em relação ao trabalho no novo capitalismo não veem no trabalho algo ruim, que deva ser abolido; somente aquele que é alienante. Para Byung-Chul Han, por exemplo, o trabalho tem o potencial de reconexão com a realidade. (Han, 2019a, p. 154). Ao ter contato com a natureza e a realidade através do trabalho,

nos é aberto um universo para além das representações nas plataformas. O trabalho repetitivo, muitas vezes sem sentido de entregadores e motoristas nas plataformas, que são forçados a cumprirem metas em troca de baixa remuneração, acaba alienando a pessoa da realidade, produzindo seres encurvados sob o peso do controle algorítmico.

Claro que um trabalho bem remunerado para toda a vida, sem responsabilidades, pode ser como um sonho tornado realidade para alguns. Mas

Para outros, quando a novidade de tudo acabasse, eles sentiriam falta da estrutura, da comunidade e da sensação de serem úteis que derivavam de seus empregos, independentemente de quão mundanos ou mal pagos fossem. E se o trabalho envolvesse habilidade, eles quase certamente perderiam o prazer muitas vezes mudo que obtinham em realizá-lo também. Incluídos nesse grupo estão os milhares de ganhadores da loteria e indivíduos que herdaram fortunas inesperadas de parentes distantes e continuaram a realizar seus antigos trabalhos, muitas vezes não particularmente interessantes, com a mesma diligência alegre de antes (Suzman, 2021, cap. 14, *The death of the salaryman*, tradução minha).

Como vimos acima, em face da constante aceleração da automação, alguns autores acreditam que o trabalho vai acabar, que devemos pensar numa espécie de renda universal para curtirmos nosso ócio. Mas essa não parece ser a realidade e nem seria um futuro muito promissor.

CONCLUSÃO

Assim, para alguns autores críticos do novo capitalismo, que não se restringe às plataformas, a ênfase no indivíduo e no mercado produziu não somente uma precarização do trabalho, mas uma deterioração na própria visão de trabalho e, por consequência, das comunidades e das famílias; isso levará à uma destruição da natureza humana. Desta forma, para brecar essa tendência, é preciso construir um mercado de trabalho no qual os trabalhadores possam sustentar famílias e comunidades fortes; isto é o determinante central da prosperidade a longo prazo e deve ser o foco

central das políticas públicas e das comunidades. Como Sennet coloca “A comunidade como remédio para os males do trabalho no novo capitalismo” (Sennet, 2012, cap. 8).

Cooperativas são uma ótima mitigaçāo aos problema das plataformas, mas precisamos ir além. O trabalho é algo fundamental para o ser humano e não desaparecerá, ainda que máquinas cada vez mais inteligentes assumam certas tarefas. É preciso revalorizar o trabalho e quebrar esse busca por controle exacerbado, a racionalidade técnica, a eficiēcia à todo custo que culminará na abolição do homem. É preciso recuperar o verdadeiro sentido do trabalho, que está relacionado à um verdadeiro florescimento humano, que passa por comunidades mais fortes e famílias estruturadas. Para isso, uma nova ética do trabalho faz-se necessária.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO. Ludmila. Uberização como apropriação do modo de vida periférico. In: GROHMANN, Rafael (org.). **Os laboratórios do trabalho digital**. São Paulo: BoiTempo, 2021. p. 85-91.
- ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, abr./jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38579>.
- ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2015.
- BENTO XVI. Discurso do papa Bento XVI. Vaticano, Discursos, 12-15 de set. 2008. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20080912_parigi-cultura.html. Acesso em: 6 dez. 2021.
- BOSHUIJZEN-VAN BURKEN, C.; HAFTOR, D. M. Using enkapsis theory for unravelling societal complexities: the case of Uber. In: GOLUB, K.; MILRAD, M. (ed.). **Extended papers of the International Symposium on Digital Humanities**. [S.l.]: CEUR, 2016. p. 126-136. (CEUR Workshop Proceedings, v. 2021).
- CASS, Oren. **The once and future worker**: a vision for the renewal of work in America. New York: Encounter Books, 2018.
- DENEEN, Patrick. **Why liberalism failed**. New Haven: Yale University Press, 2018.

DREHER, Rod. **A opção beneditina:** uma estratégia para cristãos no mundo pós-cristão. Campinas: Ecclesiae, 2018.

DOTSON, Taylor. **Tecnically together:** reconstructing community in a networked world. Cambridge: The MIT Press, 2017.

ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ELLUL, Jacques. **The technological system.** New York: Continuum, 1980.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Constitution.** [20–]. Disponível em: https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx_en/f?p=1000:62:0::NO:62:P62_LIST_ENTRY_ID:2453907:NO. Acesso em: 6 dez. 2021.

FERGUSON, Niall. **Civilização.** São Paulo: Planeta, 2016.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 17, nov. 2019. Edição Especial. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395176936>.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Bom entretenimento.** Petrópolis: Vozes, 2019a.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** Petrópolis: Vozes, 2019b.

HAN, Byung-Chul. **Capitalismo e impulso de morte.** Petrópolis: Vozes, 2021a.

HAN, Byung-Chul. **Favor fechar os olhos.** Petrópolis: Vozes, 2021b.

HARBOU, Thea von. **Metrópolis.** São Paulo: Aleph, 2019.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

ISAACSON, Walter. **Os inovadores:** uma biografia da revolução digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEWIS, C. S. **A abolição do homem.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

LOVELUCK, Benjamin. **Redes, liberdades e controle:** uma genealogia política da internet. Petrópolis: Vozes, 2018.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude:** um estudo sobre teoria moral. Campinas: Vide Editorial, 2021.

PIASNA, Agnieszka; SEHNBRUCH, Kirsten; BURCHELL, Brendan. Decent work. In: FILHO, Walter Leal; AZUL, Anabela Marisa; BRANDLI, Luciana; SALVIA, Amanda Lange; WALL, Tony (ed.). **Decent Work and economic growth.** Cham: Spring Nature, 2021, p. 215.

POLANYI, Karl. **The great transformation:** the political and economic origins of four time. Boston: Beacon Press, 2021.

- RAINBOLT, George W. Justice. In: LAFOLLETTE, Hugh. **The International Encyclopedia of Ethics**. Sussex: Blackwell, 2013. v. 11.
- SADOWSKI, Jathan. Plataformas biopolíticas, dados como capital e virtudes perversas do trabalho digital. In: GROHMANN, Rafael (org.). **Os laboratórios do trabalho digital**. São Paulo: BoiTempo, 2021.
- SANDEL, Michael. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2020. parte 4, cap. 24.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.
- SENNET, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- SLEE, Tom. **What's yours is mine**: against the sharing economy. Nova York; Londres: Or Books, 2015.
- SMITH, Christian. **To flourish or destruct**: a personalista theory of human goods, motivations, failure, and evil. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.
- SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.
- SUZMAN, James. **Work**: a deep history, from the stone age to the age of robots. [S.l.]: Penguin, 2021.
- TOZI, Fabio. Uma geografia da uberização no Brasil. **Outras Palavras**, 7 out. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/uma-geografia-da-uberizacao-no-brasil/>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- VALLOR, Shannon. **Technology and the virtues**: a philosophical guide to a future worth wanting. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- WU, Tim. **Império da comunicação**: do telefone à internet, da AT&T ao Google. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. São Paulo: Intrínseca, 2020.